

## INTRODUÇÃO

*[...] a história não é apenas um ramo do saber, mas também “uma forma intelectual para compreender o mundo.”*

*Huizinga, 1936 (apud Le Goff, 200: 40)*

*Eventos não estão apenas ali e acontecem, mas têm um significado e acontecem por causa desse significado.*

*Max Weber.*

Este trabalho é fruto de minha indignação diante do fechamento do curso de formação de professores de 1<sup>a</sup>. a 4<sup>a</sup>. séries, na modalidade Normal no Ensino Médio, vigente a partir de 1998, no Estado de São Paulo. Tinha consciência das diversas dificuldades e críticas que o atingiam, mas não tinha clareza suficiente para entender a razão daquilo. Como professora deste curso me vi frustrada depois de tanto esforço e dedicação em pesquisas pessoais para tornar meu trabalho eficiente, ao passo que via inúmeras autoridades escolares (diretores e supervisores) tratar com desprezo aqueles que se dedicaram a esse curso. Esta indignação deu-me forças para realizar esta pesquisa sobre o curso que formava os antigos professores primários, sua constituição e sua evolução ao longo dos anos, sobretudo na segunda metade do século XX. Pouco a pouco a indignação foi se dissipando e a compreensão do que foi este curso, aprofundada, transformando-se nesta produção que tenta contribuir para o conhecimento sobre os significados dessa experiência histórica.

Contei com a orientação da Professora Dra. Maria Lúcia Spedo Hilsdorf, do programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, que paulatinamente com críticas construtivas, foi sugerindo caminhos, leituras, aprofundamentos que abriram os horizontes da pesquisa e deste trabalho.

O foco de estudo é uma escola pública estadual localizada em Osasco, hoje município integrante da Grande São Paulo, escolhida por ter abrigado um curso de formação de professores para as séries iniciais de escolarização, extinto neste estabelecimento de ensino em 2004.

A escolha desta escola não foi ao acaso. Na verdade me formei no Magistério desta escola em 1987, e sempre vi com emoção os relatos dos seus tempos áureos. Mais tarde, tornei-me professora deste curso nesta escola e participei das comemorações do seu Cinquentenário. Vivi a reestruturação desse curso nos últimos anos e seu fechamento.

Este fato causou em todos os que atuavam no curso um sentimento de desilusão. Mesmo sabendo que o fechamento do curso fazia parte da política educacional em implantação pela Secretaria de Educação, havia uma sensação de trabalho não valorizado. Chegou-se a cogitar entre os professores a formação de um grupo de pesquisa para que o trabalho desenvolvido fosse divulgado, no entanto, o dia a dia afastou os professores e o projeto ficou perdido no tempo. Agora, alguns anos mais tarde, busco com este trabalho resgatar uma experiência de quarenta anos para que ela não seja apagada pelo tempo e sirva de matéria de reflexão para o campo da História da Educação.

Este objetivo é possível porque a ação humana proporciona um fazer histórico que resulta de um conhecimento e uma vivência que recupera a atuação de diferentes grupos. Nesse sentido, na perspectiva da história social e cultural, abre-se o campo de possibilidades de investigação histórica. A experiência humana<sup>1</sup> torna-se objeto do historiador através das diversas formas de manifestações testemunhadas por meio de vestígios e registros como escritos, objetos, palavras, atas escolares, arquitetura, fotografia etc.

Conforme Gatti Junior (2002), o campo da pesquisa histórica, a partir de meados do século XX, passou por um intenso processo de renovação teórica e metodológica, motivada pela busca de superação de uma historiografia baseada na descrição e análise de fatos políticos e econômicos, em detrimento de outras esferas da produção social.

Nesse movimento de rompimento com as tradições, aparece a história das disciplinas escolares (estudos iniciados na França) e ao lado dessa, a história das instituições escolares que se insere em um processo de renovação específica no campo da história da educação. Conforme Gatti Junior (2002),

a história das instituições educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem, por meio da busca da apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual faz parte, mesmo que ela se tenha transformado no decorrer dos tempos. (GATTI JUNIOR, 2002:20).

Nesta perspectiva, elegemos o percurso de uma escola ao longo de alguns anos, evidenciando os diversos agentes que ali atuaram e que influíram no cotidiano dos sujeitos que atravessaram e foram atravessados por esta experiência e, portanto, fizeram história.

---

<sup>1</sup> Experiência humana diz respeito à própria vida: as lutas travadas no dia a dia que constroem a identidade do próprio ser. O ser humano é visto como sujeito da própria história. Conforme Felon (1985), “[...] falar da experiência dos homens, significa compreender como campo de luta em que ela se manifesta, todos os aspectos da vida, que carregam em sua constituição a potencialidade contraditória do social e da luta.” (FENELON, 1985:24).

Como nos diz Fenelon (1985:22), os historiadores estão se dedicando “[...] a temas que exigem a compreensão dos nexos e das relações sociais imbricadas nas formas de expressão da atividade humana, em todas as suas manifestações”.

Ainda conforme Gatti Junior (2002), as investigações no campo da história das instituições escolares

[...] são a ponta de lança da possibilidade da escrita de uma nova história da educação brasileira, capaz de levar em conta as especificidades regionais e as singularidades locais e institucionais, ancoradas, agora, em um conjunto de estudos monográficos rigorosos e criteriosos, elaborados paulatinamente nas diversas regiões brasileiras. (GATTI JUNIOR, 2002:22)

Neste caso, elegemos para estudo a implantação e desenvolvimento do curso de formação de professores primários, oferecido numa instituição escolar, pública, estadual, a “Antonio Raposo Tavares”, desde 1964. Trataremos do percurso desse curso durante quarenta anos, ou seja, até o fechamento definitivo em 2004. Cabe esclarecer que até 1997, tínhamos a Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério, instituída pela Lei nº 5.692, de 1971 que orientava o curso de formação de professores para as primeiras séries do Primeiro Grau e para a Pré-Escola. A partir de 1998, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo substituiu este curso pela modalidade Normal, no qual os estudantes cursavam o Ensino Médio até o segundo ano e no terceiro optavam entre terminá-lo ou cursar a modalidade Normal em Ensino Médio, estudando mais dois anos com matérias específicas da área. A própria instituição escolar sofrerá designações diferentes ao longo dos anos conforme as mudanças na legislação.

Foi organizando os livros da biblioteca da Escola Estadual “Antonio Raposo Tavares”, em 2006, que encontrei fragmentos de uma folha de almaço com o rascunho de um texto escrito, ao que parece, por alunos da escola:

Nós, alunos da E.E. Antonio Raposo Tavares, em vista da intenção do encerramento do curso Magistério e considerando a grande procura; sua eficiência e importância social repudiamos essa atitude e estamos dispostos a lutar pela manutenção e valorização do mesmo.

Sem data e sem autoria, mas observando a folha e a letra com a qual o trecho acima foi escrito, podemos concluir que se trata de algo recente, um ensaio de uma manifestação contra o fechamento do curso, nos reportando ao ano de 2004 quando a modalidade Normal (no entanto, conhecido como Magistério<sup>2</sup>) da E. E. “Antonio Raposo Tavares” foi extinto

---

<sup>2</sup> É interessante observar através de diferentes depoimentos como, em diferentes períodos, as pessoas se apropriam de certos termos: em 1964 o curso instalado na escola era o Curso de Formação de Professores Primários e, conseqüentemente, a escola recebeu o nome de Escola Normal, no entanto, as pessoas que

mediante uma série de atos normativos da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Isso apesar da avaliação muito boa que ele recebia da cidade em geral.

Conforme os depoimentos tomados de ex-alunos, apesar da não preocupação inicial em prosseguir estudos no ensino superior, rapidamente esses alunos entravam no mercado de trabalho e conseguiam aprovação nos concursos públicos sem necessidade de complementar estudos. Muitos ascenderam na carreira tornando-se diretores de escolas, assumiram cargos na Diretoria de Ensino, na Secretaria da Educação do município de Osasco, entre outros. Muitos partiram para o ensino superior, mesmo que este fato fosse uma escolha muito posterior à conclusão do curso de nível médio.

A proposta deste trabalho é, portanto, estudar o desenvolvimento, ou seja, a trajetória do curso de formação de professores de uma instituição escolar específica (E. E. Antonio Raposo Tavares), buscando compreender as relações que essa escola estabeleceu, historicamente, com os diferentes sujeitos que, no âmbito local, tiveram envolvimento com essa experiência.

Na perspectiva de compreender as diversas relações que os diferentes níveis e modalidades de ensino estabeleceram com a sociedade, historicamente, busco destacar a intrincada rede que se estabelece entre atos normativos e as ações dos sujeitos que viveram a escola, descortinando a dinâmica de seu cotidiano. Os atos normativos são interpretados e reinterpretados pelos sujeitos que são afetados por eles, gerando respostas que conferem movimento e tensão à dinâmica social. Assim, a criação de um curso que pretendia formar profissionais que respondessem à demanda para uma faixa escolar (primeiras etapas da educação básica), suas mudanças e permanências, as diversas influências sofridas ao longo do tempo e as reações a elas, contribuem para uma compreensão mais ampla da escola de maneira geral, porque trará análises de elementos que poderão ser associadas à outras experiências escolares, colaborando com o campo da história da educação.

Reiterando, temos, em 1964, a criação da Escola Normal, no Colégio Estadual Antonio Raposo Tavares, com o Curso de Formação de Professores Primários (CFP)<sup>3</sup>, que era regido pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 4024, de 20 de dezembro de 1961. Esse curso, com a Lei 5692/71, é renomeado para Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério

---

vivenciaram este período dizem que a escola oferecia o curso normal. Na década de 70 o curso teve seu nome mudado para Habilitação Específica para o Magistério de 1º Grau (HEM), no entanto, foi apenas às portas da década de 80 que as pessoas passaram a nomeá-lo de Magistério. Em 1997, este curso foi renomeado novamente, desta vez de Curso Normal, e curiosamente, as pessoas continuaram a chamá-lo de magistério, mesmo porque, havia uma certa confusão entre os alunos que consideravam que normal era cursar o Ensino Médio, o outro curso era o Magistério.

<sup>3</sup> CFP foi uma sigla encontrada nos documentos da escola, indicando o Curso de Formação de Professores Primários, preferimos no entanto, utilizar o nome por extenso.

(HEM) e em 1997, por força da LDB 9394/96, é renomeado novamente como modalidade de ensino Normal<sup>4</sup>, do ensino médio.

Em 1988, no entanto, como resposta às avaliações do curso de formação de professores em nível médio, o governo estadual paulista envolveu-se em um projeto especial que pretendia:

Recuperar a especificidade dos cursos de formação para o magistério e colaborar para suprir as deficiências do atendimento às séries iniciais da escolaridade na rede estadual de ensino;  
 Oportunizar aos alunos trabalhadores e demais concluintes do 1.º grau da rede pública um curso de formação de professores de boa qualidade, em período integral;  
 Oferecer programas de aperfeiçoamento dos docentes que atuam na rede pública estadual, de pré-escola à 4.ª série do 1.º grau e nos cursos de 2.º grau com Habilitação Específica de Magistério;  
 Coordenar a nível regional estudos e ações sobre a habilitação do magistério;  
 Atender à política de ação e diretrizes da Secretaria da Educação<sup>5</sup>

Este curso de formação de professores em nível médio (CEFAM) era, no entanto, um projeto federal<sup>6</sup> oferecido em período integral e passou a existir concomitantemente à Habilitação Específica para o Magistério (HEM) oferecida em período parcial. Em São Paulo, além do curso de formação de professores (inicial), fazia parte dentre as finalidades desse projeto, conforme podemos observar no trecho da resolução acima, a formação contínua dos professores inclusive para aqueles que trabalhassem na HEM: “oferecer programas de aperfeiçoamento dos docentes que atuam [...] nos cursos de 2.º grau com Habilitação Específica de Magistério”, essa, no entanto, não foi implementada no caso do CEFAM-Osasco/SP<sup>7</sup>, limitando-se apenas à formação inicial de professores para as primeiras séries.

<sup>4</sup> Cabe esclarecer que este curso era oferecido em período parcial, ou seja, os alunos frequentavam às aulas em um período do dia (manhã ou tarde) e cumpriam os estágios no contra turno.

<sup>5</sup> RESOLUÇÃO SE n.º 14, de 28 de janeiro de 1988 que dispõe sobre a instalação e funcionamento dos Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério – CEFAMs. In: Coleção de Leg. Estadual de Ensino de 1º e 2º Graus – CENP/SE

<sup>6</sup> Em 1983, em resposta aos intensos debates a respeito da formação de professores deflagrado nos anos de 1980, o Ministério da Educação lançou um projeto para a reformulação do curso de professores em nível médio, o CEFAM, implantado, inicialmente, no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Alagoas, Piauí, Pernambuco e Bahia. São Paulo se integrou ao projeto em uma segunda fase (1988) imprimindo algumas características diferenciadas como, por exemplo, o financiamento de bolsas de estudo.

<sup>7</sup> Conforme o relato de uma ex-professora da HEM, houve a tentativa da Diretoria Regional de Ensino, na época, de implantar o CEFAM, na escola “Antonio Raposo Tavares”, mas os professores foram contra e resistiram às pressões. Dessa maneira, o CEFAM/Osasco foi instalado em uma escola de Primeiro Grau recém inaugurada que trabalhava com alunos de 1ª. a 4ª. série e com os alunos do CEFAM. No entanto, essa escola estava localizada em uma área periférica do município e iniciou-se um movimento para a construção de um prédio próprio para o CEFAM em uma área central. O CEFAM mudou de endereço várias vezes, mas foi extinto antes de concretizar o sonho de ter uma sede própria.

Em 1988, foram implantados, em São Paulo, inicialmente, dezenove CEFAMs, sendo um por Divisão Regional de Ensino, à exceção da DRECAP<sup>8</sup> - II, onde foram instalados dois Centros. Para cada Centro foram oferecidas 120 vagas distribuídas em quatro classes de primeira série, com trinta alunos cada sala, na faixa etária entre 14 a 21 anos. Na HEM, por outro lado, não havia limite de idade para a matrícula, eram abertas também, 120 vagas, porém distribuídas em três salas com quarenta alunos.

A partir de 1997, com as mudanças legais, tanto o curso da HEM como o do CEFAM passaram a ser nomeados de Curso Normal, o primeiro em período parcial e o segundo em período integral. Em São Paulo, ambos passaram a ser regidos, de maneira geral, pela mesma legislação, quando essa não tratasse de aspectos específicos do CEFAM como o pagamento de bolsas para os alunos e a contratação de professores que possuía um regime especial. Assim, em 2003, quando a Secretaria de Educação do Estado passa a baixar uma série de normas para fechar a modalidade de Curso Normal no estado de São Paulo, o CEFAM, também, fica impedido de realizar o processo seletivo para a formação de turmas de primeiro ano.

Com o decorrer dos anos, podemos notar uma ausência de orientações para o Curso Normal em período parcial, e conseqüentemente, o seu desfavorecimento em relação às orientações dirigidas ao CEFAM, que passou a ser considerado como uma alternativa positiva para a formação de professores, colaborando para isso o fato dos alunos receberem uma bolsa para estudarem. Ao que parece o objetivo era impedir a entrada precoce no mercado de trabalho (as chamadas “escolinhas infantis”, que contratavam jovens com formação incompleta para atuarem como monitores) e garantindo uma (suposta) dedicação maior aos estudos. Não pretendo realizar um estudo comparativo entre o CEFAM e o curso desenvolvido na escola em estudo, na medida em que o primeiro era um projeto desenvolvido em paralelo a modalidade de ensino HEM, mas é importante anunciar sua presença no sistema educacional do período, para o leitor.

Para compreender a trajetória do curso de formação de professores de primeira à quarta série, desde 1964, observaremos os movimentos envolvidos desde a imagem construída das normalistas na década de 1960, como uma época de ouro, às críticas recebidas ao longo dos anos na habilitação magistério, localizando essa trajetória nessa escola específica (Escola Estadual “Antonio Raposo Tavares”). Busco, nesta dissertação, apreender as transformações dessa unidade de ensino, estabelecendo como limites a duração do Curso de Formação de

---

<sup>8</sup> DRECAP: Divisão Regional de Ensino da Capital.

Professores Primários (CPF - 1964) e mais tarde Curso Normal (2004), que no período de quarenta anos sofreu reformulações que alteraram inclusive o seu nome. Novamente, devo alertar que não pretendo abordar o curso desenvolvido pelo CEFAM, esta pesquisa está situada e limitada a partir do curso desenvolvido pela Escola Estadual “Antonio Raposo Tavares”.

O relato do percurso traçado nesta pesquisa foi distribuído em quatro capítulos: o primeiro estabelece as questões que orientaram esta pesquisa, discute as bases teóricas na qual está assentada bem como, os seus limites, pois apesar de tratar do curso de formação de professores de 1<sup>a</sup>. a 4<sup>a</sup>. série, este estudo parte de uma perspectiva ampla, a legislação e os estudos sobre a Escola Normal, e, a historiografia da cidade, para chegar na experiência de uma escola específica.

O segundo capítulo é dedicado a contextualização espacial e temporal da escola em estudo, o que aconteceu na região onde a escola foi instalada e a influência desses fatos na escola e vice-versa. O terceiro capítulo aborda a evolução do curso Normal de maneira geral ao longo do século XX, tomando como base os estudos já desenvolvidos sobre a Escola Normal e a legislação a ela dirigida. Isto foi necessário para compreendermos quais os aspectos que interferiram no desenvolvimento desse ramo de ensino na escola de Osasco.

No quarto capítulo, nos deteremos nas especificidades da escola em estudo a partir das informações colhidas por meio dos depoimentos, atas de reuniões e notícias de jornais analisando o percurso que essa escola percorreu na formação de muitos professores que atuaram e ainda atuam nos diferentes sistemas escolares.

Reiterando, o foco de estudo dessa pesquisa é, portanto, uma escola pública estadual localizada em Osasco, município integrante da Grande São Paulo, escolhida por ter abrigado o curso de formação de professores no nível médio, que será o principal eixo desse trabalho. Tratando-se de uma modalidade escolar que deixou de existir no Estado de São Paulo, acreditamos que o estudo dessa experiência específica poderá colaborar para a compreensão e aperfeiçoamento da importante tarefa de preparar professores para as séries iniciais do seu sistema de ensino. Uma experiência, que talvez não tenha sido tão gloriosa como ficou guardada na memória, mas que foi significativa na medida em que dava expressão à cidade na qual se inseria. Uma possibilidade para novas pesquisas, dentro do campo da história da educação, seria, justamente, investigar se o mesmo não aconteceu com as outras tantas escolas que, no Estado de São Paulo, também tiveram seus cursos de formação de professores suprimidos.